



FRENTE DA SAÚDE MENTAL

BOLETIM Nº 17 - DEZEMBRO/2024

Em dezembro, a Comissão de Saúde da Câmara aprovou: o PL 311/24, que propõe a criação do Programa Nacional de Ampliação do Acesso à Saúde Mental no Brasil no Pós-Pandemia; o PL 958/24, que propõe a adoção de normas para humanizar as abordagens policiais a pessoas em situação de crise de saúde mental e o PL 127/24, que propõe a criação de um programa de saúde mental para a população idosa de baixa renda. Parlamentares da FPSM apresentaram o PL 4822/24, que propõe a proibição de tratamento de conversão de orientação sexual e/ou de identidade de gênero. FPSM foi representada em audiência pública sobre saúde mental de meninas e mulheres no Senado e na 6ª Câmara Técnica de Atenção à Saúde, promovida pelo Conass.

Para a Reforma Psiquiátrica brasileira, um amargo adeus ao ano velho

Fechamos o ano com mais um ataque à reforma psiquiátrica brasileira! Ao apagar das luzes, no dia 12 dezembro foi aprovado na Câmara o [Projeto de Lei nº1637/2019](#), que dispõe sobre a imposição da medida de segurança para inimputável. Isso aconteceu em meio ao pacote com 21 propostas sobre segurança pública, o. A aprovação aconteceu com um placar de 238 votos favoráveis, 111 contrários, e com a ausência de mais de 160 dos 513 parlamentares da Casa - apesar de uma grande mobilização dos movimentos sociais que defendem o cuidado em liberdade.

Ficou para 2025 a análise do Senado sobre essa proposta, que prevê a ampliação do tempo de internação compulsória em razão de a pessoa ter doença mental ou desenvolvimento mental incompleto quando no cometimento do crime. O Projeto, de autoria do ex-deputado Delegado Waldir (União-GO), impõe um prazo mínimo que varia de três a 20 anos para o tempo de internação compulsória de réus considerados inimputáveis - ou seja, aqueles que agiram sem plena consciência de seus atos. Pelas regras atuais, o Poder Judiciário pode estipular pena que varia de um a três anos. Com este aumento de pena¹, o referido projeto caminha na direção contrária do que vem sendo implementado pela Política Antimanicomial do Poder Judiciário, desde a publicação da [Resolução CNJ nº 487](#), de 15 de fevereiro de 2023, que propõe a elaboração e qualificação dos fluxos de encaminhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei para a Rede de Saúde e de Proteção Social.

De modo geral, a matéria apresentada na Câmara contraria os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira ([Lei Nº 10.216, de 6 de Abril de 2001](#)), penalizando indivíduos considerados inimputáveis, reforçando um modelo que promove a segregação e a estigmatização das pessoas com transtornos mentais.

1- O [Relatório de Implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário](#), publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de agosto de 2024, sistematizou um breve histórico, com as ações desenvolvidas até a data de sua publicação e os avanços alcançados na construção da política judiciária, com o objetivo de subsidiar técnica e institucionalmente atos da Suprema Corte relacionados à Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

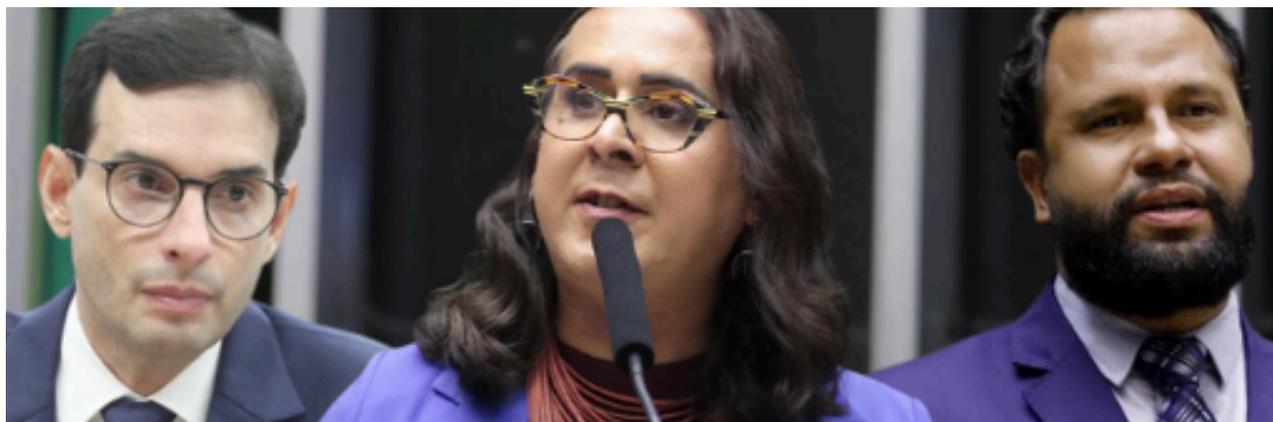


Em dezembro, a Câmara aprovou o PL 1637/19, que impõe medida de segurança para inimputável. Na imagem, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha (SP). Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Em [nota pública](#), a Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) afirma que a proposição reforça uma “perspectiva manicomial” e “representa um retrocesso inaceitável no campo da saúde mental e uma violação dos direitos humanos das pessoas que necessitam de cuidados em saúde mental”.

A proposta tende a ser alvo de uma nova onda de pressão para evitar a aprovação do texto pelos senadores e a FPSM continuará realizando as articulações para isso. Não podemos permitir o retorno de práticas que já deveriam estar superadas com o fechamento dos manicômios judiciários. Em meio a avanços e retrocessos, seguiremos firmes na luta antimanicomial!

Aconteceu no Congresso



Deputados Leo Prates (PDT/BA), Duda Salabert (PDT/MG) e Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ). Fotos: Vinícius Loures/ Bruno Spada/ Mario Agra/Câmara dos Deputados.

>>> Protocolado pelo Deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ); Deputado Luiz Couto (PT/PB); Deputada Erika Hilton (PSOL/SP); Deputada Camila Jara (PT/MS); Deputada Duda Salabert (PDT/MG); o [PL nº 4822/2024](#) que regulamenta o artigo 5º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil para proibir que se prescreva, promova, financie, subsidie, instigue, induza, constranja ou submeta alguém a medidas psicológicas, psiquiátricas, tratamentos religiosos e qualquer outro método que objetive a conversão da orientação sexual e/ou identidade de gênero do indivíduo; e estabelece políticas de prevenção a esta violação de direitos e de reparação as sobreviventes.

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, o [PL nº 311/2024](#) que cria o Programa Nacional de Ampliação do Acesso à Saúde Mental no Brasil no Pós-Pandemia. A matéria foi proposta originalmente pelo deputado Leo Prates (PDT-BA) e ajustado pelo relator Ricardo Maia (MDB-BA) e o programa visa mitigar os efeitos a longo prazo da pandemia de Covid-19 na saúde mental da população. Ele destaca a necessidade de mais profissionais de saúde mental, como psiquiatras e psicólogos, e busca fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), que atualmente possui cerca de 3,5 mil centros no país. O programa será implementado pelo Ministério da Saúde, com adesão voluntária dos estados, Distrito Federal e municípios, e incluirá metas como a ampliação de profissionais na Raps, capacitação dos profissionais, promoção da integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde mental e estímulo à participação social na formulação de políticas. O projeto ainda precisa ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Aconteceu no Congresso



Deputados André Janones (AVANTE/MG) e Tabata Amaral (PSB/SP). Foto: Instagram @andrejanones e Bruno Spada/Câmara dos Deputados

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 11/12/2024, o [PL nº 127/2024](#), de autoria do Deputado Federal André Janones (AVANTE/MG), secretário-geral da FPSM, que altera a [Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003](#), que “dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências”, para dispor sobre a criação de um programa de saúde mental voltado à população idosa de baixa renda.

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 11/12/2024, o [PL nº 958/2024](#), de autoria da Deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental.

>>> Protocolado pelo Deputado Amom Mandel (CIDADANIA/AM), a Indicação [INC 1802/2024](#) que sugere ao Ministério da Saúde a criação de mais centros de apoio psicossocial voltados exclusivamente para crianças e adolescentes nos municípios brasileiros.

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 11/12/2024, o [PL nº 4057/2023](#), de autoria do Deputado Amom Mandel (CIDADANIA/AM), que institui a Política Nacional de Saúde Mental nas Instituições de Ensino e dá outras providências.

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 11/12/2024, o [PL nº 2646/2024](#), de autoria do Deputado Marcos Tavares (PDT/RJ), que regulamenta a Lei de Assistência Integral à Saúde Mental.

Aconteceu no Congresso



Câmara aprova PL 2652/24, que propõe a criação de um protocolo de atendimento em Pronto Socorro para quem tentou suicídio. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

>>> Aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 11/12/2024, o [PL nº 2652/2024](#), de autoria do Deputado Fausto Pinato (PP/SP), que institui o Protocolo de Atendimento em Pronto Socorro para Vítimas de Tentativa de Suicídio em toda a rede pública e privada de saúde e dá outras providências.

>>> Protocolado pelas deputadas Maria do Rosário (PT/RS); Erika Hilton (PSOL/SP); Odair Cunha (PT/MG) e outros, o Requerimento [REQ nº 5003/2024](#) que solicita urgência para apreciação do Projeto de Lei n.º 5063/2023 que “Institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou burnout relacionado à maternidade”.

>>> Protocolado pelo Deputado Thiago Flores (REPUBLIC/RO), o [PL nº 4995/2024](#) que altera a [Lei no 13.819, de 26 de abril de 2019](#), para incluir ações voltadas à promoção da saúde mental de adolescentes por meio da criação de espaços comunitários seguros, intervenções digitais, apoio aos cuidadores, capacitação de profissionais e monitoramento intersetorial.

>>> Protocolado pelo Deputado Capitão Augusto (PL/SP), o [PL nº 4931/2024](#) institui a Política Nacional de Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar Social 60+.



ESTAMOS DE OLHO

>>> Aprovado no dia 04/12/24, o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais [REQ 108/2024 - CAS](#), de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos hospitais psiquiátricos, sejam públicos ou privados, no atendimento à saúde mental da população brasileira.

>>> Protocolado pelas deputadas Clarissa Tércio (PP/PE); Rogéria Santos (REPUBLIC/BA); Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) e outros, o Requerimento de Urgência [REQ nº 5010/2024](#) para apreciação do [Projeto de Lei nº 3945/2023](#), que institui o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas.

A Frente por aí...



Senadora Jussara Lima (PSD-PI); senadora Augusta Brito (PT-CE), presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher; Bruno Ziller, coordenador de Projetos e Advocacy do Instituto Cactus; e Dayana Rosa, gerente de Programa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), na 10ª Reunião da CMCVM, realizada no dia 4 de dezembro, teve como foco principal a saúde mental de mulheres e meninas. Foto: Andressa Anholete/Agência Senado

>>> A 10ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, realizada no dia 4 de dezembro, teve como foco principal a saúde mental de mulheres e meninas. A [audiência pública](#), presidida pela Senadora Augusta Brito (PT-CE), coordenadora do eixo de saúde mental de mulheres da FPSM, discutiu a cartilha "10 Ações de políticas públicas para a saúde mental de meninas e mulheres", elaborada pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), representado por Dayana Rosa, e pelo Instituto Cactus, representado por Bruno Ziller, e contou com a presença das representantes do Ministério da Saúde, Taia Duarte Mota e Aline de Oliveira Costa. Pedro Campos, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar de Saúde Mental, também participou da AD e defendeu a necessidade de uma rede de apoio e cuidado que permita às mulheres viverem com bem-estar e saúde mental, e destacou a importância de medidas como a ampliação da licença-paternidade para promover a divisão justa do trabalho de cuidado. Os palestrantes concordaram que a saúde mental das mulheres e meninas é uma prioridade urgente que exige atenção e ação de diversos setores da sociedade, incluindo o governo, o Legislativo e a sociedade civil. A sugestão de realizar sessões de trabalho conjuntas entre esses atores para discutir a implementação das recomendações da cartilha e elaborar estratégias eficazes para a promoção da saúde mental das mulheres e meninas foi pontuada pela Senadora Augusta Brito. A proposta de culminar essas sessões em uma audiência pública com a participação de meninas em outubro, mês em que se celebra o Dia Internacional das Meninas, também foi apoiada.

A Frente por aí...



Deputada Ana Paula Lima (PT/SC) durante a apresentação do “Painel de Promoção da Saúde Mental Infantojuvenil”. Imagem: TV Câmara.

>>> No dia 4 de dezembro, às 09h, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados se reuniu para a [apresentação do “Painel de Promoção da Saúde Mental Infantojuvenil”](#). A ferramenta foi desenvolvida pela Vital Strategies e o Instituto Cactus para apoiar gestores públicos na identificação de áreas que necessitam de melhorias. O evento atendeu a um pedido da deputada Ana Paula Lima (PT/SC), coordenadora do eixo de saúde mental de crianças e adolescentes da FPSM. O objetivo da audiência foi conhecer o painel e debater a possibilidade de implementação a nível nacional. A ferramenta foi considerada inovadora para a saúde por integrar os dados disponíveis sobre educação e assistência social, e ter o potencial para melhorar a gestão e a formação de tomada de decisão na área.

>>> No dia 12 de dezembro, as instituições do Conselho Consultivo que demonstraram interesse em participar dessa etapa da construção da 2º Agenda Legislativa, realizaram uma apresentação institucional para os membros da Mesa Diretora sobre as pautas prioritárias de cada instituição que representam. Estiveram presentes: Ana Paula Guljor (CNDH), Amanda Gregorio (Fundação Jose Luis Egydio Setubal), Bruno Ziller (Instituto Cactus), Deivisson Vianna (ABRASCO), Haroldo Caetano (PAILI), Luciana Sardinha (Vital Strategies), Nicéia Malheiros (ABRASME), Pedro de Paula (Vital Strategies), Sofia Reinach (Vital Strategies), Marcia Kalvon Woods (Fundação Jose Luis Egydio Setubal), Dep. Pedro Campos, Thalís Nascimento (Assessor Parlamentar do Dep. Pedro Campos), Fabiano Lima (Assessor Parlamentar do Dep. Pedro Campos), Leonardo Martins (Assessor Parlamentar do Dep. André Janones); André (Assessor Parlamentar do Dep. Celio Studart); Filipe Asth (IEPS), Dayana Rosa (IEPS).

A Frente por aí...



Em dezembro, foi realizada a 6ª Câmara Técnica de Atenção à Saúde (CTAS) do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Foto: Divulgação/Conass

>>> A 6ª Câmara Técnica de Atenção à Saúde (CTAS) do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), realizada no dia 5 de dezembro, abordou o tema da saúde mental de pessoas com Transtorno de Espectro Autista. A diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Desmad) do Ministério da Saúde (MS), Sônia Barros, enfatizou a importância dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) no tratamento de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em jovens e crianças. Sônia destacou a necessidade de uma abordagem intersetorial e integrada que envolva crianças, famílias, comunidades e serviços de saúde para o cuidado em saúde mental. Arthur Medeiros, coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, também participou das discussões, mencionando a ampliação dos Centros Especializados de Reabilitação, que totalizam 325 unidades. Medeiros apontou que 90% dessas unidades oferecem reabilitação intelectual, apoiando o tratamento de condições como o autismo. Essas iniciativas refletem a atualização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD). A mesa foi mediada por Filipe Asth, Secretário Executivo da FPSM.

Saúde Mental em Pauta



Ministério da Saúde publica portaria sobre os Centros de Convivência (CECOs). Imagem: Centro de Convivência Prates, em São Paulo. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

>>> Foi publicada em 09/12/2024, a [Portaria GM/MS Nº 5.738, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024](#) do Ministério da Saúde, que altera as Portarias de Consolidação MS nos 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Centro de Convivência (CECO) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

>>> Foi publicado em 17/12/2024, a [Portaria GM/MS No 6.090, DE 16 de dezembro de 2024](#) | Ministério da Saúde/Gabinete da Ministra, que Institui grupo de trabalho destinado a propor diretrizes para mapeamento e avaliação das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras.

Saúde Mental em Pauta



Governo federal publica portaria que institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático. Foto: Canva

>>> Foi publicada em 09/12/2024, a [Portaria Interministerial MF/MS/MESP/SECOM Nº 37, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024](#), que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático com a finalidade de formular e planejar ações de prevenção, redução de danos e assistência a pessoas e grupos sociais em situação de comportamento de jogo problemático persistente e recorrente ou vulneráveis ao problema, no contexto da exploração comercial das apostas de quota fixa de que tratam as Leis no 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e no 14.790, de 29 de dezembro de 2023. O grupo tem como objetivo desenvolver estratégias para prevenir, mitigar danos e oferecer suporte a indivíduos afetados por práticas de jogo compulsivo, especialmente no contexto das apostas de quota fixa legalizadas em 2018. Desde a legalização, a falta de regulamentação adequada permitiu a expansão descontrolada do mercado, resultando em problemas como dependência e práticas abusivas. O grupo de trabalho terá 60 dias para discutir e propor ações coordenadas entre os ministérios, com reuniões quinzenais. Suas atribuições incluem a articulação com entidades públicas e privadas para receber informações e colaboração, além de promover campanhas educativas sobre os riscos das apostas e diretrizes para assistência à saúde mental.

Saúde Mental em Pauta



RADAR FPSM

Desinstitucionalização nos manicômios judiciários

>>> **BBC Brasil:** Por que ainda tem tanta gente em manicômios judiciários 2 anos após a Justiça mandar fechar todos.

>>> **G1:** Câmara aprova projeto que amplia internações compulsórias e dificulta ressocialização de inimputáveis. Prazo mínimo de internação passa de 1 a 3 anos para 3 a 20 anos. Deputados criticam retrocessos em políticas de saúde mental. Texto vai ao Senado.

>>> **CNN Brasil:** Câmara aprova aumento para 20 anos de internação de réus com transtornos mentais. Legislação atual estabelece prazo mínimo de um a três anos para internação de pessoas com transtornos mentais; projeto vai ao Senado.

>>> **Câmara:** Câmara aprova projeto que aumenta tempo de internação de doentes mentais que cometerem crime.

>>> **Século Diário:** 'Projeto pode prejudicar desinternações do manicômio judiciário'.

>>> **TJMG:** TJMG regulamenta Comitê para Monitoramento da Política Antimanicomial.



QUEREMOS TE OUVIR

Gostaria de sugerir alguma publicação?

Escreva para frentedasaudemental@gmail.com

Nos acompanhe no site e pelas redes sociais

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Secretaria Executiva da FPSM

 ieps.org.br

 [@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)